

Education at a Glance: OECD Indicators - 2005 Edition

Summary in Portuguese

Panorama da Educação nos países da OCDE

Sumário em Português

A instrução e a educação permanente desempenham um papel crítico no desenvolvimento das economias e das sociedades. Isto é verdade tanto nas economias mais desenvolvidas como naquelas que, agora, estão vivenciando períodos de rápido crescimento e desenvolvimento. O capital humano é um fator chave para direcionar o crescimento econômico e para desenvolver os resultados econômicos dos indivíduos, e as evidências da influência que exercem sobre os resultados não-econômicos, incluindo-se a saúde e a inclusão social, têm aumentado.

Panorama da Educação 2005 fornece uma série de indicadores valiosos, comparáveis e atualizados sobre o desempenho dos sistemas educativos. Embora seja dada ênfase aos 30 países da OCDE, os indicadores têm incluído, de modo crescente, os países parceiros. Os indicadores analisam a participação e os gastos com a educação, o funcionamento da educação e dos sistemas de aprendizagem, assim como um grande elenco de resultados.

O novo material inclui: nos Indicadores A4, A5 e A6, apresentação dos resultados da pesquisa sobre o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) 2003, enfatizando-se o desempenho matemático dos alunos de 15 anos; no Indicador A9, dados sobre a distribuição dos ganhos por nível educacional; no Indicador A10, evidências de resultados não-econômicos da educação; no Indicador C6, comparações da participação dos membros da população ativa na educação permanente e em treinamentos; no Indicador D1, análise do tempo de aprendizagem do estudante em atividades extraclasse; no Indicador D5, dados sobre o efeito do tipo de escola (pública ou privada) no desempenho do estudante; e, no Indicador D6, dados referentes ao estabelecimento, pelos sistemas de ensino secundário, de diferenças ou não entre os estudantes ao organizarem a aprendizagem e o impacto por ela exercida no desempenho do estudante.

As principais descobertas dessa edição são as seguintes:

Um número maior de pessoas estuda por muito tempo, mas as taxas de graduações de nível superior têm uma grande variação

O nível educacional continua aumentando entre a população adulta dos países da OCDE, alimentado por um número maior de jovens que têm qualificações de nível médio e de nível superior. Os adultos com idade entre 25 a 64 anos levam em média 12 anos para obterem uma qualificação, aproximadamente o equivalente à educação de nível médio. Para os jovens que, atualmente, estão terminando seus estudos, o Ensino Médio é uma norma, com mais de 70% alcançando este nível em todos os países da OCDE com dados, salvo quatro, e em média um de cada três jovens dos países da OCDE obtém qualificações mais altas de nível universitário.

Os indicadores de *Panorama da Educação 2005* também demonstram que:

- Em muitos países da OCDE, nos quais um grande número de indivíduos não conseguiu completar o Ensino Médio no passado, há um crescimento rápido em termos de conclusão do Ensino Médio. Na Bélgica, França, Grécia, Irlanda e Coreia, onde cerca da metade das pessoas nascidas nos anos 1950 não concluíram o Ensino Médio, de 72% a 97% dos que nasceram nos anos 1970 o fizeram. Os jovens adultos no México, Turquia e Portugal têm menos possibilidades que os jovens dos outros países de concluir o Ensino Médio.
- Os aumentos das taxas de conclusão do Ensino Superior foram mais desiguais do que no Ensino Médio. O total de graduados nos países da OCDE cresceu bastante em razão do desenvolvimento de alguns países. As taxas atuais de graduação variam de menos de 20% na Áustria, República Checa, Alemanha e Turquia a mais de 40% na Austrália, Dinamarca, Finlândia, Islândia e Polônia. Essas diferenças estão associadas a sistemas diferentes de ensino superior. As altas taxas de graduação são mais comuns nos países em que os graus estão estruturados de modo mais flexível.
- Na maioria dos países, as taxas das mulheres que concluem o Ensino Médio e o Ensino Superior são mais elevadas que as dos homens. No entanto, as mulheres se comprometem menos com a Matemática e com as Ciências no Ensino Médio e têm menores oportunidades de conseguirem qualificações de nível superior nessas áreas.
- Dados recentemente atualizados mostram que o número de pessoas diplomadas na área das Ciências, para 100 000 pessoas empregadas, varia de menos de 700 na Hungria, para mais de 2 200 na Austrália, Finlândia, França, Irlanda, Coreia e Reino Unido.

O desempenho dos estudantes varia bastante num mesmo país e de um país para o outro, nas disciplinas afins de currículo, como a Matemática, e na capacidade de os estudantes resolverem problemas

Em 2003, o PISA apresentou pela segunda vez os conhecimentos e as competências dos jovens de 15 anos de idade, com ênfase na Matemática. Nos países da OCDE, os estudantes da Finlândia, Coreia, Países Baixos e Japão tiveram os melhores desempenhos

em Matemática em geral. Muitas das comparações mais reveladoras tinham a ver com as fontes de variação entre os estudantes de um mesmo país, incluindo-se a extensão com a qual os estudantes de diversas escolas agem diferentemente. Entre as principais revelações da pesquisa:

- Pelo menos um de cada cinco estudantes tem proficiência em tarefas matemáticas complexas na Austrália, Bélgica, Canadá, Finlândia, Japão, Coreia, Países Baixos, Nova Zelândia e Suíça. Este indicador revela a quantidade de pessoas com competências matemáticas de alto nível, capazes de desempenhar um papel vital no progresso da economia de conhecimento.
- Enquanto a grande maioria dos estudantes dos países da OCDE tem pelo menos um nível básico de competências em Matemática, a proporção daqueles que não possuem essas competências varia bastante: de menos de 10% na Finlândia a mais de um quarto na Itália, Grécia, México, Portugal e Turquia. Isto é um indicador de quantos estudantes têm possibilidades de encontrar problemas sérios ao utilizarem a Matemática no futuro.
- Em média, as diferenças entre os resultados escolares representam cerca de um terço das diferenças entre os estudantes no desempenho em Matemática em cada país. Muitos países alcançam altos níveis de desempenho nas escolas, com poucas diferenças entre as escolas. Na Finlândia, há menos de 5% de variação no desempenho dos estudantes de várias escolas, e 17% ou menos no Canadá, Dinamarca, Islândia e Suécia.

Os resultados evidentes em educação podem ser medidos em termos de prospecção individual de emprego, de salários individuais e de crescimento econômico global

O investimento em educação traz gratificações individuais e coletivas. Os adultos com maior nível educacional têm mais possibilidades de trabalharem e de terem, em média, melhores salários quando estão empregados. Esses efeitos variam entre os países e os níveis de instrução. Um efeito particularmente importante no emprego diz respeito aos homens que não concluíram o Ensino Médio, cujas possibilidades de trabalhar são menores do que as daqueles que completaram esse nível de ensino. Os efeitos mais graves sobre os salários tendem a ser entre aqueles que possuem qualificações do Ensino Superior e aqueles que só obtiveram qualificações no Ensino Médio ou no Ensino Pós-Secundário não Superior. Fica mais difícil medir precisamente os efeitos da economia como um todo, mas os indicadores mostram efeitos nítidos do capital humano no crescimento da produtividade e da economia. Indicadores específicos mostram que:

- As mulheres com baixo nível educacional têm particularmente menores probabilidades de arranjar um emprego, em relação aos homens com baixo nível educacional e com as mulheres cujo nível educacional é mais alto. Isso se verifica sobretudo na Grécia, Irlanda, Itália, México, Espanha e Turquia, onde menos de 40% das mulheres de 25 a 64 anos que não concluíram o Ensino Médio estão trabalhando, em comparação com mais de 70% dos homens que têm o mesmo nível educacional. Nesses países, a grande maioria das mulheres com instrução superior trabalha: pelo menos 70% daquelas que possuem qualificações superiores, 63% na Turquia.
- Novos dados sobre os salários mostram que, além das diferenças de salários médios por nível educacional, a distribuição dos salários entre as pessoas com o mesmo nível educacional varia de um país para outro. Por exemplo, com todos os níveis

educacionais combinados, em países como a Bélgica, França, Hungria e Luxemburgo, relativamente poucos indivíduos ganham menos da metade do salário médio.

- O aumento da produtividade no trabalho representava pelo menos a metade do crescimento do PIB per capita na maioria dos países da OCDE entre 1990 e 2000. O efeito a longo prazo estimado na produção econômica de um ano de instrução suplementar na zona da OCDE cai geralmente de 3 a 6%. Também é levada em consideração a evidência dos efeitos da educação na saúde e na coesão social.

As despesas com educação têm aumentado, mas nem sempre tão rapidamente quanto o PIB

Os países da OCDE têm aumentado o alcance de seus sistemas educacionais, ao mesmo tempo em que contêm os custos relacionados a um orçamento público muito apertado. Pressões conflituosas têm produzido tendências diversas. No Ensino Superior, no qual o número de estudantes tem aumentado mais rapidamente, as pressões para cortar os custos unitários são as maiores. Nos Ensinos Primário e Médio, em que motivos demográficos às vezes ocasionam uma queda nas matrículas, as despesas por estudante estão crescendo em quase todos os países, sobretudo:

- As despesas por estudante no Ensino não Superior aumentaram em 30% ou mais entre 1995 e 2002 na Austrália, Grécia, Irlanda, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Espanha e Turquia. Em alguns outros países, aumentou em menos de 10%, e decresceu ligeiramente a Suécia.
- No Ensino Superior, as despesas por estudante decresceram, em alguns casos, em mais de 10%, na medida em que os níveis de despesas não acompanharam o ritmo imposto pela expansão do número de estudantes. Isso ocorreu na República Checa, Polônia e República Eslovaca, onde as matrículas aumentaram rapidamente, e na Austrália e Suécia, onde as matrículas aumentaram em ritmo mais lento. Na Grécia, Espanha, Suíça e Turquia, as despesas por estudante no Ensino Superior cresceram em mais de 30%.
- Entre 1995 e 2002, somente na metade do total de países, o crescimento global das despesas educacionais acabou seguindo o ritmo do crescimento do PIB. Na Irlanda, cujo PIB cresceu de modo particularmente rápido, as despesas nas instituições educacionais não superiores aumentaram duas vezes menos rapidamente, embora as despesas com o Ensino Superior tenham seguido quase o mesmo ritmo que o PIB. Os gastos com instituições educacionais cresceram mais de duas vezes tão rapidamente quanto o PIB, na Nova Zelândia e na Turquia em instituições de ensino não superior, e na Grécia, Hungria, Itália, Japão, México, Polônia, Suíça e Turquia, em instituições de nível superior.

As despesas educacionais privadas são substanciais em algumas áreas, mas os recursos consagrados à educação continuam dependendo bastante da alocação de orçamentos públicos.

Os recursos públicos financiam, atualmente, a maioria das despesas das instituições educacionais, com mais de 90% das despesas no Ensino Fundamental e Médio nos países da OCDE provenientes dessa fonte. Nos Ensinos Superior e Pré-Primário, o financiamento público é mais significativo, sobretudo em determinados países. Nos

últimos anos, as despesas educacionais públicas foram ameaçadas pelo declínio, em muitos países, do percentual de PIB gasto no setor público em geral. A alocação de uma proporção crescente desse orçamento consagrado à instrução ajudou a diminuir o impacto. Os indicadores relativos aos gastos públicos e privados revelam que:

- No Ensino Superior, o percentual de financiamento proveniente de fontes privadas varia amplamente, de menos de 4% na Dinamarca, Finlândia, Grécia, Noruega, a mais de 50% na Austrália, Japão e Estados- Unidos, e até mais de 80% na Coreia.
- Em alguns países, as instituições de nível superior dependem agora muito mais das fontes privadas de financiamento, tais como impostos, que nos meados dos anos 1990. As contribuições privadas aumentaram em mais de cinco pontos percentuais na Austrália, México, Portugal, República Eslovaca, Turquia e Reino- Unido entre 1995 e 2002. Nos Ensinos Fundamental e Médio, essa proporção de gastos públicos e privados permaneceu quase inalterada.
- Nos países do OCDE, em média, o orçamento público decresceu, em comparação com o PIB; as despesas educacionais cresceram como parte desse orçamento, mas em ritmo menos rápido que o PIB. Na Dinamarca, Nova Zelândia e Suécia, as mudanças do financiamento público consagrado à educação foram particularmente significativas.

A expectativa educacional continua aumentando, e a maioria dos jovens agora espera realizar estudos superiores durante sua vida.

Em muitos países da OCDE, uma criança de cinco anos de idade pode agora ter a expectativa de estudar 16 a 21 anos de suas vidas, se os modelos atuais de participação continuarem. Em cada país, a expectativa educacional, medida nesses termos, aumentou a partir de 1995, pois a participação também cresceu nos Ensinos Pré-Primário, Médio e Superior. Partindo desses esquemas, em média 56% dos jovens empreenderão pelo menos estudos superiores em nível universitário ou equivalente.

Indicadores mostram que:

- A expectativa em anos de estudos de uma criança com cinco anos de idade em 2003 ultrapassa os 16 anos em todos os países, com exceção do Luxemburgo, México, República Eslovaca e Turquia, e é maior na Austrália, Bélgica, Finlândia, Islândia, Suécia e Reino- Unido, onde a expectativa é de 19 a 21 anos.
- Na República Checa, Grécia, Hungria, Islândia, Coreia, Polônia, Suécia, Turquia e Reino- Unido, a expectativa educacional cresceu em mais de 15% entre 1995 e 2003.
- Baseando-se nas taxas atuais de participação, 53% dos jovens de hoje nos países da OCDE desejam ter o nível universitário ou programas equivalentes. Cerca de 16% cursarão outros tipos de programas superiores (técnico superior), mas esses dois grupos se sobrepõem. Na Austrália, Finlândia, Hungria, Islândia, Nova Zelândia, Noruega, Polônia e Suécia, mais de 60% dos jovens cursarão programas técnicos superiores. Outras modalidades de Ensino Superior, mais comuns na Coreia e Nova Zelândia, onde mais da metade dos jovens pode ter a expectativa de cursar o Ensino Superior Técnico.

Os estudantes que cruzam as fronteiras representam o crescimento e a mudança no número de matrículas no Ensino Superior

Em 2003, 2,12 milhões de pessoas que estudavam nos países da OCDE eram estudantes estrangeiros, isto é, matriculados fora do seu país de origem. Isto representava um aumento de 11,5% na incorporação total dos estudantes relacionados pela OCDE desde o ano anterior, entre outros:

- Estados-Unidos, o Reino-Unido, Alemanha, França e Austrália recebem 70% de estudantes estrangeiros nos países da OCDE. Desde 1998, a proporção da Austrália aumentou, mas a do Reino-Unido e dos Estados-Unidos diminuiu.
- Em quantidade absoluta, os estudantes coreanos, japoneses, alemães, franceses e turcos representam a maior fonte de incorporação dos países da OCDE. Os estudantes chineses, indianos e do sudeste da Ásia abrangem o maior número de estudantes estrangeiros de países parceiros.

Adultos jovens associam trabalho e aprendizagem de diversas maneiras, mas um número significativo passa uma parte do tempo sem fazer nem uma coisa nem outra.

A transição da educação obrigatória para o meio profissional se prolongou nos países da OCDE, a aprendizagem sendo frequentemente intercalada com o trabalho. Mas os estudantes que se aproximaram dos 30 anos sem obter qualificação correm um sério risco:

- Aqueles que cursaram pelo menos o Ensino Médio correm mais riscos de desemprego. Na Bélgica, República Checa, Alemanha, Polônia e República Eslovaca, mais de 15% dos jovens de 25 a 29 anos sem qualificação do Ensino Médio estão desempregados.
- Em alguns países, os jovens estão passando significativas parcelas de seus tempos fora da escola e sem emprego (desempregados ou fora da população ativa). O tempo gasto em média nessa situação, entre 15 e 29 anos de idade, ultrapassa dois anos na Bélgica, República Checa, Grécia, Hungria, Itália, México, República Eslovaca, Espanha, Polônia, Turquia e Estados-Unidos.
- Em alguns países, educação e trabalho ocorrem muitas vezes consecutivamente, enquanto em outros países são concorrentes. Os programas de trabalho-estudo, relativamente comuns nos países europeus, abrem caminhos de instrução vocacional estruturada para as qualificações ocupacionais reconhecidas. Em outros países, a instrução básica e o trabalho são raramente associados.

A contribuição da instrução pode ser medida não apenas pelo número de horas em que a criança aprende e pelo tamanho das turmas, mas também pela aprendizagem fora da sala de aula.

Durante os anos de instrução obrigatória, a contribuição da instrução varia bastante entre os países. Os estudantes podem ter 50% de tempo de instrução suplementar, e estar em turmas bem superiores de 50%, em um país comparado a outro. Mas nem tudo acontece na sala de aula, e novos dados da PISA mostram que o tempo de aprendizagem fora da aula também varia consideravelmente. Entre as descobertas relativas à contribuição do ensino e da aprendizagem:

- A quantidade total de horas de educação que os estudantes devem receber entre 7 e 14 anos de idade atinge em média 6 852 horas nos países da OCDE. Requisitos formais variam de 5 523 horas na Finlândia a aproximadamente 8 000 horas na Austrália, Itália, Países Baixos e Escócia.
- Quando a pesquisa 2003 da PISA perguntou aos estudantes de 15 anos sua opinião sobre a aprendizagem extraclasse, as respostas obtidas foram muito diferentes de um país para outro. Enquanto na Austrália, Bélgica, República Checa, Islândia, Japão, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça, a aprendizagem em sala de aula representava 80% da aprendizagem total dependente da escola, na Grécia os relatórios indicam que os estudantes passam mais de 40% de suas aprendizagens em outras estruturas, incluindo-se o trabalho em casa e as atividades extraclasse.
- Em média, no Ensino Fundamental, uma turma é composta de 24 estudantes, mas isso varia de 30 ou mais no Japão, Coréia e México, e abaixo de 20 na Dinamarca, Islândia e Suíça.
- Em média, para os dez países da OCDE com dados, 30% do pessoal no Ensino Primário e no Ensino Médio não são professores, esse percentual varia de abaixo de 20% na Nova Zelândia para mais de 40% na República Checa e na França.

O salário dos professores e seu tempo de contato com os alunos varia bastante de um país para outro e, em alguns casos, a estrutura do salário está se modificando

No que se refere ao PIB per capita, em alguns países, os professores têm salários duas vezes mais superiores que em outros países. Os professores também trabalham de maneira bastante diferente nos países. Os fatores de prestação e demanda ocasionam algumas mudanças. Indicadores demonstram que:

- Os salários dos professores do Ensino Fundamental em meio de carreira são mais de duas vezes superiores ao PIB per capita na Coréia e no México, enquanto na Islândia e República Eslovaca, os salários são inferiores em 75% ao PIB per capita.
- A quantidade de horas anuais de educação no Ensino Fundamental varia de 535 no Japão para mais de 1 000 horas no México e nos Estados- Unidos, com variações semelhantes em outros níveis.
- Por hora, os professores têm melhores salários no Ensino Fundamental que no Ensino Primário. O salário por hora de ensino é superior em 80% no Ensino Médio, em comparação com os professores do Ensino Primário nos Países Baixos e na Espanha, mas superior em menos de 5% na Nova Zelândia, Polônia, República Eslovaca e Estados- Unidos.
- O desejo de atrair novos professores pode ter contribuído para um maior aumento dos salários iniciais dos professores a partir de 1996 na Austrália, Dinamarca, Inglaterra, Finlândia e Escócia. Os salários em meio de carreira aumentaram de modo relativamente rápido na Àustria, Japão, Países Baixos, Nova Zelândia e Portugal. Na Nova Zelândia, os salários no mais alto nível de carreira também aumentaram mais rapidamente que os salários de início de carreira, mas na medida em que apenas oito anos decorrem para que se alcance o mais alto nível, isso é compatível com os incentivos de contratação de novos professores.

Diferentes tipos de escolas e sistemas escolares procedem de modo diferente, mas o efeito dessas diferenças estruturais precisa ser interpretado cuidadosamente

A pesquisa 2003 da PISA sobre o desempenho em Matemática dos jovens de 15 anos de idade revelou diferenças significativas no desempenho entre os estudantes de escolas públicas ou privadas, e algumas diferenças entre os resultados dos sistemas educacionais do Ensino Médio com maior ou menor diferenciação ao agruparem estudantes. Essas comparações precisam ser abordadas com muito cuidado. As conclusões principais eram que:

- As escolas privadas são geralmente superiores às escolas públicas. Os estudantes das escolas privadas conseguem uma classificação superior em 33 pontos na escala da Matemática, cerca da metade do nível de capacidade. A maior diferença se encontra na Alemanha (66 pontos). No entanto, ao levar totalmente em consideração os fatores socioeconômicos, o desempenho das escolas privadas não tende mais a ser superior.
- Os estudantes dos sistemas educacionais mais diferenciados e seletivos têm, em média, um desempenho ligeiramente menor que os que pertencem a sistemas mais abrangentes, mas estatisticamente, isto não é muito significativo. Sistemas mais diferenciados mostram uma variação bem superior no desempenho entre estudantes com contextos familiares mais ou menos favoráveis.

© OECD 2005

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE
www.oecd.org/bookshop/

Para maiores informações, entrar em contato com a OECD Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 13 91

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

